

A LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA DE CIÊNCIA – O CASO PORTUGUÊS

Moisés de Lemos Martins*

 <https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Como citar este artigo: MARTINS, M. de L. A língua portuguesa como língua de ciência – o caso português. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 1-15, maio/ago. 2023. DOI 10.5935/1980-6914/eLETDO16151

Submissão: maio de 2023. **Aceite:** junho de 2023.

Resumo: Pode a língua portuguesa ser considerada uma língua de ciência? Seja no passado, seja no presente, as políticas científicas promovidas em Portugal pelas instâncias oficiais, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por um lado, e Fundação para a Ciência e Tecnologia, por outro, nunca a consideraram como tal. Para essas instâncias, apenas o inglês é língua de ciência. E os parceiros para a internacionalização são preferencialmente de instituições americanas e inglesas, ou então de redes de investigação fora do “espaço geolinguístico de proximidade”, o que quer dizer, no espaço anglo-saxónico. A meu ver, no entanto, uma ideia prospetiva e fecunda de Lusofonia deve ter como seu alicerce o português, em todas as suas variedades, como língua de conhecimento. E é este o ponto de partida do estudo aqui apresentado.

Palavras-chave: Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Línguas de ciência. Língua portuguesa. Lusofonia. Política científica.

* Universidade Lusófona, Centro Universitário do Porto, Portugal. E-mail: moiseslmartins@gmail.com

INTRODUÇÃO

■ **A** proposta que faço neste estudo sobre a Lusofonia é a de um sonho de comunidade acadêmica¹ que tenha como seu suporte a língua portuguesa, e como espaço de eleição, os povos de língua portuguesa e as suas diásporas, do mesmo modo que as suas culturas². A minha proposta é, então, que um tal sonho geolinguístico, de uma comunidade transnacional e transcultural lusófona, tenha como desafio científico pensar e conhecer em português (Martins; Macedo, 2022). Esse desafio articula-se com o exercício da cidadania e com a construção da memória histórica nos países de língua portuguesa, os quais são seus “legítimos coproprietários”, porque a têm como “língua materna ou língua oficial” (Aguiar e Silva, 2007, p. 17; Brito; Martins, 2004a), justificando-se, pois, o desafio de pensar e conhecer em português também como capacitação para uma prática mais sustentada de participação cívica. Deste modo, pensar e conhecer em língua portuguesa tem um vínculo declarado com o espaço público que ajuda a construir e com os valores que sustentam a ordem democrática, sendo esses valores a liberdade, a justiça social, a equidade e o bem público, a memória histórica, os valores de cidadania, em função dos quais é possível aferir a qualidade do ambiente simbólico de uma democracia.

O mundo da ciência constitui, no entanto, um campo social (Bourdieu, 1976). E no entender deste sociólogo, um campo social é caracterizado por constituir um lugar marcado por tomadas de posição conflituais. Nesse entendimento, a escola, os média, a cultura, a arte, a economia, a política, o discurso, assim como a ciência, constituem campos sociais. E, como tal, conhecem relações de força, fenômenos de concentração do capital e do poder, relações sociais de dominação e lutas pelo controlo dos seus meios específicos de produção e reprodução. E as Ciências Sociais e Humanas (CSH) também constituem um campo social, de forças e lutas, seja para a sua manutenção, seja para a sua transformação, com as relações entre os agentes a influenciarem os processos de tomada de decisão. Para compreendermos este campo específico, é fundamental identificar a distribuição do capital científico, assim como o local ou a posição dos atores sociais dentro desse campo, o que significa que é fundamental identificar o lugar a partir do qual é tomada a palavra³.

Pronunciar-me-ei, pois, sobre o sonho, transcultural e transnacional, de uma comunidade de língua e culturas nos países de língua portuguesa – a Lusofonia. Digo “sonho de comunidade”, mas não tenho apenas em atenção a língua comum. Penso, igualmente, no passado colonial partilhado por esses povos, um passado contraditório, com colonizadores e colonizados, que permite fazer as

1 Utilizei a figura “sonho de comunidade” pela primeira vez num prefácio ao livro de Madalena Oliveira, *Metajornalismo: quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso* (Martins, 2010). Apliquei-o ao jornalismo, como agente do espaço público, com uma atividade emancipatória, a serviço da cidadania e da democracia.

2 Para um mais alargado e aprofundado entendimento da Lusofonia, ver os seguintes estudos: “Cultura e lusofonia: unidade e pluralidade” (Bastos; Brito, 2013); “Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária em contexto lusófono” (Brito; Martins, 2004b); *Por mares nunca dantes navegados: contributos para uma cartografia do ciberespaço lusófono* (Macedo; Martins; Macedo, 2010); *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos média no espaço lusófono* (Martins; Sousa; Cabecinhas, 2006); e “Portugal e o espaço lusófono” (Martins, 2021a).

3 Um campo social “apenas pode funcionar com indivíduos socialmente predispostos a comportarem-se como agentes responsáveis, a arriscarem dinheiro, tempo, e mesmo a honra e a vida, para levarem por diante os seus intentos e atingirem os benefícios que ele possibilita” (Bourdieu, 1982a, p. 47). A teoria bourdieusiana não impõe que os produtores culturais e científicos se entreguem a mascarar ou a servir deliberadamente os interesses dos dominantes. É unicamente pela prossecução efetiva dos seus interesses específicos que os interlocutores legitimam também uma posição de classe (Bourdieu, 1976, 1977).

mais diversas travessias pelos domínios das culturas, das artes e da ciência. Na ideia de Lusofonia joga-se, com efeito, uma luta simbólica pela divisão da comunidade internacional em áreas culturais, o que quer dizer que a ideia de Lusofonia compreende o combate pela “ordenação simbólica do mundo”, como podemos dizer, convocando esta expressão de Bourdieu (1977, 1979, 1980, 1982b), em que se colocam os problemas de língua hegemónica e de subordinação científica. E, sendo tecnológica a condição da época e o ciberespaço um novo contexto de comunicação, coloco a possibilidade de a Lusofonia se construir, também, através de *websites*, de portais eletrónicos, de redes sociais, de repositórios digitais e de museus virtuais, o que quer dizer, através de uma “circum-navegação tecnológica” (Martins, 2018c). Na era da “sociedade em rede” (Castells, 1996; Martins; Cabecinhas; Macedo, 2011) e da “cultura-mundo” (Martins; Cabecinhas; Macedo, 2012), com as tecnologias da comunicação e da informação a marcarem a época (Martins, 2011a, 2011/2012), a ideia de Lusofonia abre a novas paisagens, novas atmosferas, novos ambientes, novos territórios e, portanto, também a novos conhecimentos (Martins, 2011b, 2014, 2015b, 2016, 2017a, 2017b, 2018a, 2018b, 2018c, 2022).

No livro que editei em 2015, *Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia* (Martins, 2015a), fiz um prefácio intitulado “Lusofonias [exatamente, no plural] – Reinvenção de comunidades e combate linguístico cultural” (Martins, 2015b). Este sonho de comunidade lusófona tem hoje possibilidades, entreabertas pelas tecnologias da informação, de que não era sequer possível suspeitar no passado. É de uma grande promessa que se trata, como o assinaléi no subtítulo do livro. Mas não deixa de ser, igualmente, uma séria travessia, cheia de perigos a evitar e de riscos a ultrapassar, entre os quais os seus muitos equívocos⁴, pelo que supõe também um combate – um “combate linguístico-cultural”⁵. Dada a promessa intercultural e transcultural que a Lusofonia contém, intitulei o capítulo que escrevi em *Lusofonia e interculturalidade* de “Média digitais e Lusofonia” (Martins, 2015c). É numa secção deste capítulo que pela primeira vez assinalo em título “Um Museu Virtual da Lusofonia – práticas híbridas de inovação e interação transculturais”.

Nesse texto, estabeleci uma cartografia do que poderia vir a constituir o Museu Virtual da Lusofonia, na realidade um espaço virtual da língua portuguesa, dedicado à cooperação académica, pedagógica e científica, assim como à divulgação das culturas e das artes no espaço lusófono. Entretanto, o Museu Virtual da Lusofonia foi inaugurado em 2017. E, colocado no *Google Arts and Culture*, em 2020, foi convertido em Unidade Cultural da Universidade do Minho, em 2021⁶.

A primeira vez que escrevi sobre o sonho de comunidade, inscrito na figura de Lusofonia, foi em 2004, em São Paulo, na Conferência de abertura do X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, subordinado ao tema Lusofonia e realizado em São Paulo pela Pontifícia Universidade Católica. Dei-lhe o título: “Lusofonia e Lusotropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários” (Martins, 2004).

4 A figura de “travessia”, associada à ideia de uma viagem perigosa, dado que não controlada (enigmática, labiríntica, incerta e arriscada), tomo-a de João Guimarães Rosa, em *Grande sertão – veredas*, publicado em 1956. A viagem perigosa de que se trata é a vida. “Viver nem não é muito perigoso?”, interroga-se a personagem principal do romance, Riobaldo (Rosa, 2001, p. 51).

5 Especificamente sobre os equívocos e as possibilidades da Lusofonia, escrevi em 2006 “A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico” (Martins, 2006).

6 Sobre a natureza, os propósitos, os projetos e as coleções multimédia, que disseminam tradições, artes e artistas dos países de língua portuguesa do Museu Virtual da Lusofonia, ver o *site* do Museu: <https://www.museuvirtualdalusofonia.com/>

Havia colhido a sugestão da “hiper-identidade” em Eduardo Lourenço (1990, p. 10), que em *Portugal e a Europa ou as duas razões* chega a ser imperativo: “Deve ser mesmo difícil encontrar um país tão centrado, tão concentrado, tão bem definido em si mesmo como Portugal”. No entanto, Eduardo Lourenço acaba por se interrogar sobre o sentido que possa ter uma identidade que se não se discute. Perdidas as colônias e entregue à condição de pequeno país, limitado geograficamente, Portugal sofreria, agora, de um mal de hiper-identidade, ou seja, continuava a sonhar-se grande, pelo passado grandioso que tivera⁷. Entendi, pois, aplicar a figura da hiper-identidade às outras duas figuras – à Lusofonia e ao Lusotropicalismo. Ambas as figuras têm, todavia, uma má reputação acadêmica. O Lusotropicalismo, que é uma teoria social, desenvolvida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1951, 2003, 2006), tem má reputação, porque atenua e desculpa a natureza condenável do colonialismo português, enaltecendo as qualidades humanas do colonizador. A Lusofonia, porque seria um modo de continuar a celebrar, agora em condições democráticas, a épica camoniana de um país que “Deu novos mundos ao mundo. E se mais mundos houvera lá chegara” (*Lusíadas*, VII, 14). O sonho de comunidade lusófona a que especificamente me refiro neste artigo é, pois, o de uma comunidade científica, produtora e disseminadora de conhecimento, assente na língua portuguesa, uma língua transnacional e transcultural, partilhada por oito países que a têm como língua oficial, assim como das suas diásporas, e de outras comunidades que a falam, como Goa, Macau e Malaca (Brito; Martins, 2004b).

A POLÍTICA CIENTÍFICA EM PORTUGAL SOBRE AS LÍNGUAS DE CIÊNCIA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em 2011, o Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades (CCCSH) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), presidido por José Mattoso, elaborou um programa sobre a estratégia científica nacional, a aplicar até 2020, tendo em vista o desenvolvimento e a consolidação desta vasta área científica (Mattoso *et al.*, 2011). Para o elaborar, este Conselho Científico reuniu-se com os responsáveis das 132 unidades de investigação dessa vasta área transdisciplinar, então existentes, o que nunca havia acontecido na história da FCT e não mais voltou a acontecer até ao dia de hoje.

Entre as recomendações feitas neste documento do CCCSH da FCT, encontramos a aceitação do português e do espanhol, a par do inglês, como línguas de publicação; a promoção da cooperação científica com os povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com os países da bacia mediterrânica e os países emergentes, com os quais Portugal mantém laços históricos e culturais; e a inclusão da autoria conjunta de trabalhos científicos por investigadores desses espaços científicos nos indicadores de internacionalização (Mattoso *et al.*, 2011).

Este documento, produzido como plano estratégico para o desenvolvimento e a consolidação das Ciências Sociais e Humanas (CSH), tem a data de 7 de julho de 2011. No entanto, em ofício datado de 7 de novembro de 2014, o coordenador

7 No entendimento preciso de Eduardo Lourenço (1990, p. 10), Portugal sofreria de uma “hiperidentidade, de quase mórbida fixação na contemplação e no gozo da diferença que nos caracteriza ou nós imaginamos tal no contexto de outros povos, nações e culturas”.

da comissão de avaliação do Projeto Estratégico do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, relativo a 2011 e 2012 (Projecto PEst-OE/COM/UI0736/2011, “Projecto Estratégico – UI 736 – 2011-2012”), João Miguel Marques da Costa, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, entendeu que havia motivo para ser feito um reparo no que respeitava às escolhas estratégicas de cooperação académica determinadas por esta unidade de investigação.

João Miguel Marques da Costa começou por informar à direção do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, que “os objectivos científicos” previstos no Projeto Estratégico desta unidade de investigação tinham sido “plenamente atingidos”. Reconhecia que os resultados evidenciavam “grande qualidade científica, nomeadamente ao nível das publicações em revistas internacionais com *referee*”. Além disso, o projeto contribuía “para a formação de jovens investigadores e para a projecção internacional da equipa envolvida”. Enaltecia, também, o mérito da unidade de investigação na consecução dos seus principais objetivos, “apesar dos significativos cortes orçamentais impostos”. Mas havia um reparo a fazer sobre as escolhas estratégicas de cooperação académica, que o CECS havia feito. Embora esta unidade de investigação tivesse “entre os seus objectivos alargar as redes de pesquisa internacionais”, verificava-se “a existência de redes de colaboração com instituições de investigação especialmente no espaço lusófono e ibero-americano”. E era essa a razão pela qual o coordenador do painel de Avaliação da FCT recomendava ao CECS “a continuação do esforço da equipa em consolidar redes de grande potência, fora do espaço geolinguístico de proximidade”.

E, todavia, para quem se reclamasse das Ciências Sociais e Humanas (CSH), as recomendações feitas, em 2011, pelo Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da FCT, presidido por José Mattoso, parecer-lhe-iam completamente adequadas, porque eram já a prática comum das CSH em Portugal, e especificamente das Ciências da Comunicação. Relembro as principais recomendações, já referidas: encarar o português e o espanhol, a par do inglês, como línguas de publicação; cooperar academicamente com os Países de Língua Portuguesa e com outros países com os quais Portugal mantinha laços históricos e culturais, por exemplo, os países ibero-americanos; e considerar como indicadores de internacionalização a autoria conjunta de trabalhos científicos por investigadores destes espaços científicos.

As Ciências da Comunicação, por exemplo, que em 1997/1998 haviam criado a sua associação nacional, a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom)⁸, avançaram, nesses mesmos anos, com os seus parceiros brasileiros, galegos e moçambicanos, para a constituição da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom)⁹. Até 2014, realizaram-se os seguintes Congressos da Lusocom: na Universidade Lusófona (Centro Universitário de Lisboa), 1997; na Universidade Federal de Sergipe, em Aracaju (1998); na Universidade do Minho (1999); na Universidade Federal de São Paulo, na Baixada Santista, em São Vicente (2000); na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo (2002); na Universidade da Beira Interior (2004); em Santiago da Compostela (2006); na Universidade Lusófona de Lisboa (2009); na Universidade Paulista (Unip), em São

8 Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), <https://www.sopcom.pt/>

9 Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), <http://www.lusocom.net/>

Paulo (2011); na Universidade de Lisboa, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – ISCSP (2012); e na Universidade de Vigo, em Pontevedra (2014).

Por outro lado, haviam-se firmado relações académicas privilegiadas entre a Sopcom e os parceiros espanhóis de Ciências da Comunicação. E realizaram-se os seguintes congressos científicos ibéricos: na Universidade de Málaga (2001); na Universidade da Beira Interior (2004); na Universidade de Sevilha (2006) e na Universidade Lusófona de Lisboa (2009). E como, entretanto, a Sopcom estabeleceu, não apenas com os seus colegas espanhóis, mas também com os colegas de toda a América Latina, um plano de cooperação académica conjunta, foi criada, em 2009, a Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom)¹⁰. Realizaram-se os seguintes congressos e simpósios da Confibercom: na Universidade Federal de São Paulo (2011); no Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina, Ciespal, Quito (2012); no Instituto Superior da Maia (2013) e na Universidade do Minho (2014). Mas já desde 14 de abril de 2000 que existia a Associação Ibero-Americana de Comunicação (Assibercom), que realizava os congressos Ibercom, por todo o espaço ibero-americano¹¹.

No entanto, é um facto, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) viveu sempre enredada em contradições insanáveis¹². E, na verdade, não foi com os países lusófonos, nem com os países ibero-americanos, nem com os países da bacia mediterrânica, que o Governo português estabeleceu acordos de cooperação científica. Foi, sim, com universidades americanas. Em outubro de 2006, com Mariano Gago na pasta da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e Manuel Heitor como secretário de Estado da mesma pasta, o Governo português estabeleceu acordos de cooperação com o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Carnegie Mellon University (CMU) e a University of Texas em Austin (UTA)¹³. Esses protocolos deram origem a um conjunto de ações de cooperação científica e tecnológica que envolveram programas internacionais de investigação e de ensino pós-graduado, que se têm prolongado até aos dias de hoje.

Desenvolvendo e aprofundando essa política, que consiste em estabelecer acordos de cooperação científica com universidades americanas, o semanário *Expresso* deu conta, em 24 de fevereiro de 2023, de “um memorando de entendimento entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a Universidade de Stanford”, estabelecido e assinado pela ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, tendo sido também negociado um acordo com a Universidade da Califórnia, Berkeley, a ser assinado brevemente (*Expresso*, 24 de fevereiro de 2023).

Por outro lado, nas Ciências da Comunicação, as sucessivas direções da FCT sempre constituíram painéis de avaliação, em concursos de projetos a financiar, com investigadores de áreas anglo-saxónicas. E se porventura encontramos na constituição destes painéis investigadores latinos, trata-se de investigadores que integram redes anglo-saxónicas de pesquisa.

10 Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação/Confederación Ibero-Americana de Asociaciones Científicas y Académicas de Comunicación (Confibercom), <http://confibercom.com/confederacao/>

11 Associação Ibero-Americana de Comunicação (Assibercom), https://www.cecs.uminho.pt/assibercom/?page_id=20

12 Sobre algumas das contradições insanáveis da política científica em Portugal, também escreveu Paulo Serra, em 2020, na altura presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom). Na *newsletter* dessa associação científica, relativa a novembro de 2020, Paulo Serra escreveu um editorial intitulado “A política de ciência em Portugal: O défice de transparência e participação” (Serra, 2020).

13 Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2006, <https://files.dre.pt/1s/2006/10/19800/71897196.pdf>

A área de Ciências da Comunicação foi avaliada pela primeira vez em Portugal em 2004. Os avaliadores foram predominantemente do norte da Europa, de influência anglo-saxónica¹⁴. Todavia, em 2006, o painel de avaliação foi inteiramente constituído por investigadores francófonos¹⁵. Mas, logo de seguida, os painéis de avaliação voltaram a ser constituídos por investigadores anglo-saxónicos. E se num painel encontrámos, porventura, investigadores espanhóis, franceses ou italianos, tratou-se sempre de investigadores que integram redes anglo-saxónicas de pesquisa¹⁶. Podemos, todavia, interrogar-nos se a política seguida pela FCT para a constituição de painéis de avaliação concorreu para o desenvolvimento e o fortalecimento da comunidade científica portuguesa, em particular para o desenvolvimento e o fortalecimento das comunidades científicas de Ciências Sociais e Humanas, e especificamente de Ciências da Comunicação.

Tenho o entendimento de que não foi o caso. Ao contrariar as opções políticas da comunidade científica de Ciências Sociais e Humanas, e especificamente as Ciências de Comunicação, no que respeita às suas opções de aliança estratégica, a FCT tem dificultado a constituição de equipas de investigação lusófonas e ibero-americanas alargadas, que possam responder à realidade específica dos países de língua portuguesa e espanhola. Além disso, esta política científica da FCT tem enfraquecido o desenvolvimento de agendas científicas específicas dos países lusófonos e ibero-americanos, que tratem, por exemplo, da sua memória histórica e da sua diversidade e pluralidade cultural. Uma política assim definida na constituição dos painéis de avaliação dos projetos científicos empobrece as próprias línguas, que, sendo línguas de culturas e de pensamento, são cada vez menos, todavia, línguas de conhecimento. E a subalternização científica de uma língua significa, no mesmo passo, a subalternização dos povos que a falam, assim como das suas culturas e artes.

São, por outro lado, conhecidas as consequências nefastas para as Ciências Sociais e Humanas, em geral, e especificamente para as Ciências da Cultura e para as Ciências da Comunicação, da imposição da língua inglesa como língua exclusiva de ciência. Esta opção exclusiva pela língua inglesa como língua de ciência significa, também, como já referi, júris de avaliação de projetos com predominância de investigadores do espaço anglo-saxónico e opções teóricas e metodológicas com categorias rígidas, objetivas e explicativas¹⁷. Ou seja, o modelo

14 Em 2004, o painel de avaliação de Ciências da Comunicação foi assim constituído: Peter Golding (Universidade de Loughborough, Grã-Bretanha); Cees Hamelink (Universidade de Amsterdã, Países Baixos); Els De Bens (Universidade de Ghent, na Bélgica flamenga); e Marcial Murciano (Universidade Autónoma de Barcelona).

15 Painel de avaliadores dos projetos de investigação em Ciências da Comunicação, em 2006: Dominique Pasquier (Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais, França); Christian Licoppe (Escola Nacional Superior das Telecomunicações, França); Daniel Cefai (Universidade Paris X Nanterre, França); Jocelyne Arcquembourg (Universidade de Paris II, França); Serge Proulx (Universidade de Quebec, em Montréal, Canadá).

16 Dou como exemplo o último concurso aberto pela FCT, para "projetos de todos as áreas científicas" (2021-2022). O painel que avaliou os projetos de Ciências da Comunicação foi presidido por Mireia Fernández-Ardévol, da Universidade Aberta da Catalunha. Todavia, essa investigadora tem-se afirmado cientificamente como parceira de investigação de Manuel Castells, um investigador que nos últimos 40 anos tem sobretudo trabalhado na Universidade de Berkeley e na Universidade da Califórnia do Sul. E o painel de investigadores que Mireia Fernández-Ardévol constituiu para avaliar os projetos de Ciências da Comunicação, embora integrasse vários investigadores latinos, não deixa de constituir uma equipa de cariz anglo-saxónico. Eis a constituição do painel: Mireia Fernández-Ardévol (coordenadora), da Universidade Aberta da Catalunha; Karen Lury (cocoordenadora), da Universidade de Glasgow; Andreas Widholm, da Universidade de Estocolmo; Cesar Jimenez Martinez, da Universidade de Cardiff; Francesca Comunello, da Universidade de Roma La Sapienza; Howard Tumber, da Universidade de Londres; Kaarina Nikunen, da Universidade de Tampere; Loredana Ivan, da Universidade Nacional de Estudos Políticos e Administração Pública, em Bucareste; Nicoletta Vittadini, da Universidade Católica de Milão; Núria Ferran, da Universidade de Barcelona; e Pille Prulmann Vengerfeldt, da Universidade de Malmö.

17 Entre muitas das más práticas da política científica em Portugal, estas são algumas daquelas que verberei na carta-manifesto que, em 2015, enderecei ao ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior português, Manuel Heitor. Por outro lado, nessa carta insisti, todavia sem êxito, na necessidade de o Ministério da Ciência e de a Fundação para a Ciência e a Tecnologia seguirem

de investigação hegemónico, adotado e proposto pela FCT para todas as áreas científicas, incluindo as Ciências Sociais e Humanas, foi sempre o de uma ciência objetiva e operativa, fundado numa racionalidade forte, em exclusivo acordo com unidades de medida¹⁸.

No entanto, esta racionalidade ignora, inteiramente, a tradição compreensiva das Ciências Sociais e Humanas, fundada em Georg Simmel (1981, 1988) e Max Weber (1944, 1983), e combate a socioantropologia do imaginário de Gilbert Durand (1969), Edgar Morin (1956, 1962), Pascale Weil (1993), Serge Moscovici (1981, 2012), Michel Maffesoli (1979), Maffesoli e Martins (2011), e tantos outros.

Na tradição compreensiva das Ciências Sociais e Humanas vamos encontrar figuras como “pluridisciplinaridade”, “transdisciplinaridade”, “hermenêutica” e “socioantropologia do imaginário”, que envolvem categorias teórico-metodológicas, assim como estratégias e práticas de pesquisa, que a ciência *standard*, por regra, desqualifica como sincréticas e falhas de rigor, numa combinação de razão disciplinar e de razão política, que estabelece o rigor e a clareza tanto do pensamento como das práticas, excluindo e penalizando os refratários¹⁹.

Podemos, pois, dizer, em síntese, que os países de língua portuguesa, ao serem ser-lhes imposto o inglês como língua exclusiva de pensamento e de conhecimento, acabam por ficar também submetidos a um único paradigma científico, que valoriza em termos teóricos e metodológicos as categorias rígidas, explicativas e objetivas. E essa racionalidade hegemónica não para de ver reforçada a sua força. Refiro-me à absoluta submissão das avaliações da FCT a agendas científicas, impostas por instâncias hegemónicas, europeias ou outras, que determinam os objetos de investigação (aquilo que vale a pena ser investigado) e que não deixam margem nenhuma para uma agenda nacional de investigação.

Com efeito, são claros sobre as possibilidades residuais que se levantam a uma agenda nacional (e também lusófona) o Horizonte 2020 e o Horizonte Europa: Programa Europeu para a Investigação e a Inovação²⁰, assim como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como os “Global Goals”, adotados em 2015 pelas Nações Unidas como uma chamada universal para “erradicar a pobreza, proteger o planeta, e garantir que até 2030 todas as pessoas tenham paz e prosperidade” (United Nations, 2015).

Sintetizo os 17 “Global Goals”, a realizar pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, nos seguintes objetivos: “Igualdade de género: alcançar a igualdade de género e fortalecer todas as mulheres e raparigas” (6°); “Tornar inclusivas, resilientes e sustentáveis as cidades e as comunidades humanas” (11°); “Promover sociedades pacíficas e inclusivas, tendo em vista o desenvolvimento susten-

.....
 outra “linha de rumo” (Martins, 2015/2016). Esta carta-manifesto retoma e sintetiza intervenções minhas que fui tomando no decorrer dos anos. Assinalo os seguintes: “Por uma ideia de ciência com memória e pensamento” (Martins, 2019); *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas: o caso das Ciências da Comunicação* (Martins, 2017b); “Globalization and lusophony – the debate of languages” (Martins, 2017a); “Interview with Moisés de Lemos Martins” (Martins, 2013); “A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisos” (Martins, 2012); “As Ciências Sociais e a política científica” (Martins, 2008).

18 Sobre política científica, e especificamente em defesa da ciência, publiquei três estudos recentes: “Ciência, universidade e política científica” (Martins, 2021b); “Políticas Científicas e Línguas de Ciência – O Caso das Revistas de Ciências da Comunicação em Portugal” (Martins, 2021c) e “Em defesa da universidade e em defesa da ciência” (Martins, 2020).

19 Sobre a articulação da razão disciplinar com a razão política, escrevi, em 2002, o livro *A linguagem, a verdade e o poder: ensaio de semiótica social* (Martins, 2002). Mas tinha aberto caminho sobre essa questão muitos anos atrás, com os estudos: “O regime das representações – A linguagem, a verdade e o poder” (Martins, 1991); “As incertezas da nossa modernidade e o impasse universitário” (Martins, 1993) e “A escrita que envenena o olhar – Deambulação pelo território fortificado das Ciências Humanas” (Martins, 1997).

20 O Horizonte Europa é o atual Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia. Sucedeu ao Horizonte 2020. Disponível em: <https://www.ani.pt/pt/promo%C3%A7%C3%A3o-internacional/redes-internacionais/horizonte-europa/>

tável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas a todos os níveis” (16°); “Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (17°). Olhando as coisas do ponto de vista destas agendas científicas, fica completamente silenciado tudo aquilo que escapa a ser observado e considerado por este conjunto de figuras: sustentabilidade, inclusividade, resiliência e igualdade de gênero.

NOTA CONCLUSIVA

Em 2018, aquando do concurso aberto pela Fundação Aga Khan Portugal (AKDN), no quadro da “Iniciativa Conhecimento para o Desenvolvimento”, em consórcio com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), foi aprovado o projeto “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal” (“Cultures – Past & Present”), que coordenei²¹. Todavia, entre 2019 e 2022, liderando equipas experimentadas de investigadores de vários países de língua portuguesa, submeti a concursos, abertos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, quatro projetos de investigação sobre questões específicas dos países lusófonos, particularmente relativas às culturas, às artes, ao passado colonial e à memória histórica, e que, a serem aprovados, muito iriam contribuir para promover a cooperação científica nestes países. Assinalo os títulos dos projetos: 1. Projeto “Da expansão europeia à circum-navegação tecnológica – a construção de uma cartografia lusófona” (CIRCNA/CIS/0276/2019); 2. Projeto “Portugal e Brasil – Travessias tecnológicas e transculturais no espaço da língua portuguesa” (PTDC/COM-CSS/2088/2020); Projeto “Museus e redes digitais: preservar e partilhar o património cultural no mundo pós-colonial” (PTDC/COM-CSS/0068/2021); e Projeto “Memória digital em museus de língua portuguesa. Travessias tecnológicas e transculturais” (2022.06480.PTDC).

Tirando o caso do projeto “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal”, aprovado em 2018, em grande medida pelas responsabilidades políticas que no concurso teve a Fundação Aga Khan, como me foi garantido, mais tarde, por responsáveis desta Fundação, todos os projetos que submeti a concurso sobre questões lusófonas foram recusados. Na realidade, não correspondiam ao paradigma hegemónico de fazer ciência, adotado e imposto pela FCT como política científica, inclusive nas Ciências Sociais e Humanas.

THE PORTUGUESE LANGUAGE AS A LANGUAGE OF SCIENCE – THE PORTUGUESE CASE

Abstract: Can the Portuguese language be considered a language of science? Whether in the past or in the present, scientific policies promoted in Portugal

21 A realização deste projeto científico (IP n° 333162622) ocorreu entre setembro de 2018 e setembro de 2022, tendo contado com uma vasta equipa de investigadores do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho e de outras instituições portuguesas do Ensino Superior (da Universidade Autónoma de Lisboa, da Universidade da Beira Interior e da Universidade Lusófona do Porto), além de investigadores moçambicanos, também de várias instituições do Ensino Superior (da Universidade Eduardo Mondlane, da Escola Superior de Jornalismo, do Instituto Superior de Arte e Cultura – Isarc, do Instituto Superior Monitor, da Universidade Politécnica e da Universidade de Zambeze). http://www.lasics.uminho.pt/culturespa_standpresent/?lang=pt

by official bodies, the Ministry of Science, Technology and Higher Education, on the one hand, and the Foundation for Science and Technology, on the other, never considered it as such. For these instances, only English is the language of science. And the partners for internationalization are preferably from American and English institutions, or else from research networks outside the “proximity geolinguistic space”, that is to say, in the Anglo-Saxon space. In my view, however, a prospective and fruitful idea of Lusophony must have Portuguese, in all its varieties, as a language of science as its foundation. And this is the started point of the study presented here.

Keywords: Foundation for Science and Technology (FCT). Science languages. Portuguese language. Lusophony. Science policy.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR E SILVA, V. M. Ilusões e desilusões sobre a política da Língua Portuguesa. In: GAMA, M. (org.). *A política da língua portuguesa*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas, Universidade do Minho, 2007. p. 13-26.
- ASSOCIAÇÃO IBERO-AMERICANA DE COMUNICAÇÃO. *XVII Congresso Ibero-Americano de Comunicação (Ibercom)*. Universidade do Porto, Porto, 2022. Disponível em: https://www.cecs.uminho.pt/assibercom/?page_id=1751. Acesso em: 9 ago. 2023.
- BASTOS, N. M.; BRITO, H. P. Cultura e lusofonia: unidade e pluralidade. *Nhengatu – Revista ibero-americana para a comunicação e cultura contra-hegemônicas*, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2013. DOI 10.23925/nhengatu.v1i1.34176
- BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 2, n. 2/3, p. 88-104, 1976.
- BOURDIEU, P. Sur le pouvoir symbolique. *Annales*, n. 3, p. 405-411, 1977.
- BOURDIEU, P. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. L’identité et la représentation. Éléments pour une réflexion critique sur l’idée de region. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 35, 1980.
- BOURDIEU, P. *Leçon sur la leçon*. Paris: Minuit, 1982a.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire: l’économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982b.
- BRITO, R. H. P. de; MARTINS, M. de L. Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português. In: CONGRESSO DA SOPCOM, 3., 2004, Covilhã; CONGRESSO IBÉRICO, 2., 2004, Covilhã. *Atas [...]*. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2004a. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/1005>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- BRITO, R. H. P. de; MARTINS, M. de L. Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária em contexto lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, p. 69-77, 2004b. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1679>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.

- CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE. Universidade do Minho. Disponível em: <https://www.cecs.uminho.pt/>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- DURAND, G. *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris: Bordas, 1969.
- FEDERAÇÃO LUSÓFONA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Disponível em: <http://www.lusocom.net/anuario/>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- FREYRE, G. *O mundo que o português criou*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1951.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. São Paulo: Global, 2003.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2006.
- LOURENÇO, E. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.
- MACEDO, L.; MARTINS, M. L.; MACEDO, I. Por mares nunca dantes navegados: contributos para uma cartografia do ciberespaço lusófono. In: MARTINS, M. L.; CABECINHAS, R.; MACEDO, L. (ed.). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona: Lusofonia e Sociedade em Rede*, Coimbra, v. 8, p. 11-39, 2010.
- MAFFESOLI, M. *La Conquête du Présent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.
- MAFFESOLI, M.; MARTINS, M. L. À propos de l'imaginaire des médias. *Sociétés*, Paris, v. 111, p. 5-9, 2011.
- MARTINS, M. de L. O regime das representações. A linguagem, a verdade e o poder. *Cadernos do Noroeste*, v. 4, n. 6-7, p. 177-192, 1991. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/25362>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- MARTINS, M. de L. As incertezas da nossa modernidade e o impasse universitário. *Cadernos do Noroeste*, v. 6, n. 1-2, p. 341-347, 1993. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/25330>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- MARTINS, M. de L. A escrita que envenena o olhar. Deambulação pelo território fortificado das Ciências Humanas. In: JORGE, V. O.; ITURRA, R. (ed.). *Recuperar o espanto: o olhar da antropologia*. Porto: Afrontamento, 1997. p. 169-192. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/23860>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- MARTINS, M. de L. *A linguagem, a verdade e o poder: ensaio de semiótica social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/48230>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- MARTINS, M. de L. Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In: BASTOS, N. B. (ed.). *Língua portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: Educ, 2004. p. 49-62. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/1075>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- MARTINS, M. de L. A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In: MARTINS, M. de L.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (ed.). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media no espaço lusófono*. Porto: Campo das Letras, 2006. p. 79-87. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/29957>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. As Ciências Sociais e a política científica [2004, Comunicação de Abertura]. In: TORRES, A.; BAPTISTA, L. (orgs.). *Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção*. Porto: Afrontamento, 2008. p. 27-29. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/1059>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. Jornalismo e sonho de comunidade. Prefácio. In: OLIVEIRA, M. *Metajornalismo: quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso*. Coimbra: Grácio Editor, 2010. p. 9-13. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/30049>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. *Crise no castelo da cultura: das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio, 2011a. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/29167>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. Globalization and Lusophone world. Implications for citizenship. In: PINTO, M.; SOUSA, H. (ed.). *Communication and citizenship: rethinking crisis and change*. Coimbra: Grácio, 2011b. p. 75-84 Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/25344>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. *Media digitais – hibridez, interatividade, multimodalidade*. *Revista de Comunicação e Linguagens*, CECS, n. 43/44, p. 49-60, 2011/2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/25606>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões. In: KUNSCH, M.; MELO, J. M. (ed.). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom/ECA-USP, 2012. p. 331-345. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23931>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. Interview with Moisés de Lemos Martins. In: PINTO-COELHO, Z.; CARVALHO, A. (ed.). *Academics responding to discourses of crisis in higher education and research*. Braga: Universidade do Minho, CECS, 2013. p. 61-72. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29224>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. Língua portuguesa, globalização e lusofonia. In: BASTOS, N. B. (ed.). *Língua portuguesa e lusofonia*. São Paulo: Educ, 2014. p. 15-33. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/29178>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. (ed.). *Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia*. Famalicão: Húmus, 2015a. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/39693>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. *Média digitais e Lusofonia*. In: MARTINS, M. de L. (ed.). *Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia*. Famalicão: Húmus, 2015b. p. 27-56. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/39698>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. Lusofonias – Reinvenção de comunidades e combate linguístico cultural. Apresentação. In: MARTINS, M. de L. (ed.). *Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia*. Famalicão: Húmus, 2015c. p. 7-23. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/39703>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. Repensar a política científica em Portugal – sugestões a partir da área de Ciências da Comunicação. Carta ao Ministro da Ciência e Tecnologia. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 3, n. 2, p. 361-365, 2015/ 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/59599>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. Os estudos lusófonos como campo de investigação. In: BAS-TOS, N. B. (org.). *Língua portuguesa e lusofonia: história, cultura e sociedade*. São Paulo: Educ, 2016. p. 29-46. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/42613>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. Globalization and lusophony – the debate of languages. *International Journal of Recent Scientific Research*, v. 8, n. 12, p. 22677-22683, 2017a. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/54660>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas: o caso das Ciências da Comunicação*. Famalicão: Húmus, 2017b. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/49365>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. Communication studies cartography in the Lusophone world. *Media, Culture & Society*, v. 40, n. 3, p. 458-463, 2018a. DOI 10.1177/0163443717752812

MARTINS, M. de L. A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica – Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, v. 11, n. 1, p. 3-11, 2018b. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/55280>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. Os países lusófonos e o desafio de uma circum-navegação tecnológica. *Comunicação e Sociedade*, v. 34, p. 87-101, 2018c. DOI 10.17231/comsoc.34(2018).2937

MARTINS, M. de L. Por uma ideia de ciência com memória e pensamento. In: LEÃO, S. *Norval Baitello 7.0: Homenagem ao professor Norval Baitello Jr. em seus setenta anos*. São Paulo: Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia, 2019. p. 304-318. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/62835>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L. Em defesa da universidade e em defesa da ciência. OLIVEIRA, M.; MACHADO, H.; SARMENTO, J.; RIBEIRO, M. C. (coord.). *Sociedade e crise(s)*. Braga: UMinho Editora, 2020. p. 149-157. DOI 10.21814/uminho.ed.21

MARTINS, M. de L. Portugal e espaço lusófono. In: MARTINS, M. de L. *Pensar Portugal: a modernidade de um país antigo*. Braga: UMinho Editora, 2021a. p. 51-93. DOI 10.21814/uminho.ed.61

MARTINS, M. de L. Ciência, universidade e política científica. In: MARTINS, M. L. *Pensar Portugal: a modernidade de um país antigo*. Braga: UMinho Editora, 2021b. p. 237-296. DOI 10.21814/uminho.ed.61

MARTINS, M. de L. Políticas científicas e línguas de ciência – O caso das revistas de Ciências da Comunicação em Portugal. In: PERUZZO, C. M. K.; MARTINS, M. L.; GABRIOTI, R. (ed.), *Revistas científicas de comunicação ibero-americanas na política de divulgação do conhecimento: tendências, limitações e os desafios de novas estratégias*. Braga: UMinho Editora, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2021c. p. 125-141. DOI 10.21814/uminho.ed.43.9

MARTINS, M. de L. A construção de uma cartografia transcultural no espaço da língua portuguesa. In: BRITO, R. P. de; TREVISAN, A. L.; MARTINS, M. de L. (ed.). *Linguagens, sociedades e culturas: interfaces*. São Paulo: Editora LiberArs, 2022. p. 17-30. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/79737>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L.; CABECINHAS, R.; MACEDO, L. Lusofonia e sociedade em Rede. [Volume temático]. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Braga: Universidade do Minho, 2011.

MARTINS, M. de L.; CABECINHAS, R.; MACEDO, L. Comunidades lusófonas e cultura-mundo: lugares de oportunidade em tempos de interdependência global [Volume temático]. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Braga: Universidade do Minho, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/65045>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L.; MACEDO, I. Da semi-periferia da língua portuguesa à comunicação da ciência em português. Nota introdutória. In: MARTINS, M. L.; MACEDO, I. *Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono*. Famalicão: Húmus, 2022. p. 9-16. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/63177>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, M. de L.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos média no espaço lusófono*. Braga: Campo das Letras, Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/30019>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MATTOSO, J. *et al. Ciências Sociais e Humanidades: mais excelência, maior impacto. Internacionalização, pluralismo, pluridisciplinaridade, avaliação, disseminação e relação entre as políticas científicas nacional e comunitária*. Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades – CCCSH, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

MINISTRA da Ciência assina acordos com universidades dos EUA: Portugal está com grande credibilidade na investigação e no ensino superior. *Expresso*, 24 fev. 2023. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/ensino/2023-02-24-Ministra-da-Ciencia-assina-acordos-com-universidades-dos-EUA-Portugal-esta-com-grande-credibilidade-na-investigacao-e-no-ensino-superior-0351b2ca>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MORIN, E. *Le cinéma ou l'homme imaginaire*. Paris: Éditions de Minuit, 1956.

MORIN, E. *L'esprit du temps*. Paris: Grasset, 1962.

MOSCOVICI, S. *L'âge des foules: un traité historique de psychologie des masses*. Paris: Fayard, 1981.

MOSCOVICI, S. *Raison et cultures*. Aubervilliers: Éditions de l'Ehess, 2012.

MUSEU VIRTUAL DA LUSOFONIA. Projeto Estratégico do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, relativo a 2011 e 2012 (Projecto PEst-OE/COM/UI0736/2011, “Projecto Estratégico – UI 736 – 2011-2012”). Disponível em: <https://www.museuvirtualdalusofonia.com/>. Acesso em: 9 ago. 2023.

PROJETO “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal”. FCT/Fundação Aga Khan, 2018-2022. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/culturespastandpresent/?lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2023.

- REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS. Revista editada pelo CECS, Universidade do Minho. Disponível em: <https://rlec.pt/>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SERRA, P. A política de ciência em Portugal: o défice de transparência e participação. *Newsletter da Sopcom*, nov. 2020. Disponível em: <https://sopcom.pt/newsletter/202011-Sopcom.html>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- SIMMEL, G. Essai sur la sociologie des sens. In: SIMMEL, G. *Sociologie et épistémologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1981. p. 223-238.
- SIMMEL, G. *La tragédie de la culture et autres essais*. Paris: Editions Rivages, 1988.
- UNITED NATIONS. Development Programme. Sustainable Development Goals (SDGs). 2015.
- WEBER, M. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- WEBER, M. *Fundamentos da sociologia*. Porto: Rés, 1983.
- WEIL, P. *À quoi rêvent les années 90? Les Nouveaux Imaginaires: consommation et communication*. Paris: Seuil, 1993.